



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

**ANEXO I
MINUTA DO CONTRATO**

Contrato administrativo Nº/....., que fazem entre si o Município de Itumbiara, Estado de Goiás, por intermédio do(a) Secretaria Municipal de Saúde de Itumbiara e a empresa

CONTRATANTE: : **MUNICÍPIO DE ITUMBIARA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Beira Rio, nº 01, Vila de Furnas, na cidade e comarca de Itumbiara, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 02.204.196/0001-61, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede a Rua Waldomiro Pereira, nº 90 – B. Dona Ernestina Borges de Andrade, CEP 75528-395, município de Itumbiara, Estado de Goiás, na cidade e comarca de Itumbiara, Estado de Goiás, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Elinamar Arantes da Silva, nomeado pelo Decreto 1046/2024, portadora da matrícula funcional nº 2123, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na [nome do logradouro], nº XX, Bairro XXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, na cidade e comarca de [nome da cidade], Estado [nome do estado], por intermédio de seu sócio administrador, [nome do administrador], brasileiro, [estado civil], portador da CI/RG sob o nº [número da identificação], inscrito no CPF/ME sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado de CONTRATADA.

Tendo em vista o que consta no Processo nº 23011/2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 45, de 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da dispensa Emergencial nº ___/___, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
(art. 92, incisos I e II)**

1.0 Aquisição de Material Hospitalar através do processo emergencial, para o atendimento das unidades de urgência e emergência do Fundo Municipal de Saúde, por um período de 4 meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

1.2. Objeto da contratação:

Nº Seq	Cód. Prod	Descrição	Und. Med	Qtd
1	205.044	AGULHA 13X4,5 MM, HIPODÉRMICA INDICADA PARA ACESSO INTRAMUSCULAR, INTRAVASCULAR, INFUSÃO DE MEDICAMENTOS E EXTRAÇÃO DE SANGUE. E M AÇO CROMO NÍQUEL, COM PROTETOR DE PVC. ATÓXICA, APIROGÊNICA E DESCARTÁVEL. CÂNULA COM PAREDES FINAS E BISELTRIFACETADO. CANHÃO EM POLIPROPILENO COM	CAIXA	790



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

		CORES PADRONIZADAS. ADAPTADOR TIPO LUER. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA. ESTERILIZADA E M O.E. CAIXA COM 100 UNIDADES		
2	229.023	AGULHA 20X5,5 MM, HIPODÉRMICA INDICADA PARA ACESSO INTRAMUSCULAR, INTRAVASCULAR, INFUSÃO DE MEDICAMENTOS E EXTRAÇÃO DE SANGUE. E M AÇO CROMO NÍQUEL, COM PROTETOR DE PVC. ATÓXICA, APIROGÊNICA E DESCARTÁVEL. CÂNULA COM PAREDES FINAS E BISELTRIFACETADO. CANHÃO EM POLIPROPILENO COM CORES PADRONIZADAS. ADAPTADOR TIPO LUER. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA. ESTERILIZADA E M O.E. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	290
3	205.046	AGULHA 25X7 MM, HIPODÉRMICA INDICADA PARA ACESSO INTRAMUSCULAR, INTRAVASCULAR, INFUSÃO DE MEDICAMENTOS E EXTRAÇÃO DE SANGUE. E M AÇO CROMO NÍQUEL, COM PROTETOR DE PVC. ATÓXICA, APIROGÊNICA E DESCARTÁVEL. CÂNULA COM PAREDES FINAS E BISELTRIFACETADO. CANHÃO EM POLIPROPILENO COM CORES PADRONIZADAS. ADAPTADOR TIPO LUER. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA. ESTERILIZADA E M O.E. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	504
4	205.048	AGULHA 30X7 MM, HIPODÉRMICA INDICADA PARA ACESSO INTRAMUSCULAR, INTRAVASCULAR, INFUSÃO DE MEDICAMENTOS E EXTRAÇÃO DE SANGUE. E M AÇO CROMO NÍQUEL, COM PROTETOR DE PVC. ATÓXICA, APIROGÊNICA E DESCARTÁVEL. CÂNULA COM PAREDES FINAS E BISELTRIFACETADO. CANHÃO EM POLIPROPILENO COM CORES PADRONIZADAS. ADAPTADOR TIPO LUER. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA. ESTERILIZADA E M O.E. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	126
		ALGODÃO HIDRÓFILO PACOTE COM 500G,		



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

5	205.056	COM FIBRAS 100% ALGODÃO, MACIO E ABSORVENTE, NÃO ESTÉRIL, EM CAMADA EM FORMA DE ROLO C/ESPESURA UNIFORME ENTRE 1 E 1,5 CM REGULARMENTE COMPACTO DE ASPECTO HOMOGÊNEO E MACIO, COR BRANCA C/ NO MÍNIMO 80% DE BRANCURA, ENVOLTO EM PAPELAPROPRIADO EM TODA EXTENSÃO QUE NÃO SOLTEPARTÍCULAS INALATÓRIAS	PCT	618
6	230.130	CAIXA COLETORA PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE, COM CAPACIDADE PARA 13 LITROS, COM REFORÇO INTERNO, RÍGIDO, INCLUINDO SACO PLÁSTICO TIPO SACOLA OU BERÇO INTERNO IMPERMEABILIZADO PARA VAZAMENTO, SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO, SEGURANÇA DE MANUSEIO, IMPERMEABILIDADE, PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE, INSTRUÇÃO DE MONTAGEM	UND	2080
7	230.131	CÂNULA DE GUEDEL N° 0, CÂNULA EM PVC, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, COM ORIFÍCIO DE CALIBRE ADEQUADO PARA INTRODUÇÃO DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, ATÓXICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001	UNIDA DE	12
8	205.074	CANULA DE GUEDEL N° 1, CÂNULA EM PVC, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, COM ORIFÍCIO DE CALIBRE ADEQUADO PARA INTRODUÇÃO DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, ATÓXICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001.	UNID	12
9	205.075	CANULA DE GUEDEL N° 2, CÂNULA EM PVC, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, COM ORIFÍCIO DE CALIBRE ADEQUADO PARA INTRODUÇÃO DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, ATÓXICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001.	UNID	12



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

10	205.076	CANULA DE GUEDEL N° 3, CÂNULA EM PVC, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, COM ORIFÍCIO DE CALIBRE ADEQUADO PARA INTRODUÇÃO DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, ATÓXICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001	UNID	12
11	205.077	CANULA DE GUEDEL N° 4, CÂNULA EM PVC, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, COM ORIFÍCIO DE CALIBRE ADEQUADO PARA INTRODUÇÃO DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, ATÓXICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001.	UNID	12
12	205.078	CANULA DE GUEDEL N° 5, CÂNULA EM PVC, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, COM ORIFÍCIO DE CALIBRE ADEQUADO PARA INTRODUÇÃO DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, ATÓXICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001	UNID	12
13	189.829	CATETER INTRAVENOSO RADIOPACO ESTERIL, EM POLIURETANO, RESISTENTE, FLEXIVELATORCAO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO, SENDO AAGULHA COM BISEL TRIFACETADO; COM CAMARA DE REFLUXO SANGUINEO C/FILTRO, TAMANHO 20G (TIPO ABOCATH), C/SISTEMA DE PROTECAO DAAGULHAPOS PUNCAO, C/CONECTOR RIGIDO, TIPO LUER LOCK, EMBALADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE -	UNID	14200
14	205.120	CATETER NASALTIPO ÓCULOS ADULTO, COM EXTENSÃO DE APROXIMADAMENTE 2,1M EM PVC, FLEXÍVEL, COM AJUSTE E ADAPTAÇÃO CONFORTÁVEL NO PACIENTE, SENDO QUE O CONECTOR DA CAVIDADE NASAL DEVERÁ SER COMPOSTO POR PVC DE ALTA QUALIDADE, FLEXÍVEL, QUE NÃO CAUSE FERIMENTOS NO	UNID	800



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

		PACIENTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME PLÁSTICO, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001		
15	205.126	CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO VENOSO, MODELO TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA: AÇO INOX, DIAMETRO 21 GAU, COMPONENTE ADICIONAL C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBOEXTENSOR, CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTE 1 C/ ADAPTADOR COLETA À VÁCUO, COMPONENTE 2 C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO US O ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUA	UNID	14400
16	205.127	CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO VENOSO, MODELO TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA: AÇO INOX, DIAMETRO 23 GAU, COMPONENTE ADICIONAL C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBOEXTENSOR, CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTE 1 C/ ADAPTADOR COLETA À VÁCUO, COMPONENTE 2 C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO US O ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNID	14400
17	230.138	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA MASCULINO, COMPONENTES C/ EXTENSOR Nº 6, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTERIL.	UN	400
18	211.062	ELETRODO, APLICAÇÃO 1 P/ MONITORIZAÇÃO CARDÍACA - ECG, TAMANHO ADULTO COM 50 UNIDADES	PCT	580
19	230.139	EQUIPO PARA ADMINISTRAÇÃO DE DIETAS ENTERAIS POR GRAVIDADE, COM PONTA PERFURANTE, COM TAMPA DE PROTEÇÃO. RESPIRO DE AR COM FILTRO BACTERIOLÓGICO DE 0,2 MICRAS. COM TUBO DE PVC NA COR AZUL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 M (+ 30 CM) DE COMPRIMENTO, TENDO EM SUA EXTENSÃO PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO. CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE. CONECTOR ESCALONADO PARA DIFERENTES DIÂMETROS DE SONDAS, SEM A POSSIBILIDADE DE CONECTAR AO ACESSO VE NOSO, COM TAMPA	UND.	5000



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

		PROTETORA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INDIVIDUAL, ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, LOTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE		
20	230.142	ESCOVA ENDOCERVICAL, MATERIAL CABO PLÁSTICO, MATERIAL CERDA, MICROCERDAS EM NYLON, PONTA DA ESCOVA CÔNICA, COMPRIMENTO CABO CERCA DE 16 A 18 CM E CERDAS CERCA DE 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESCARTÁVEL, ATÓXICA. PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	120
21	179.833	ESPONJA HEMOSTÁTICA ABSORVÍVEL, COMPRIMENTO 200 MM, LARGURA 70 MM, ESPESSURA 0,5 MM	UNIDADE	100
22	180.081	FITA MICROPOROSA, MATERIAL DORSO EM NÃO TECIDO CERCA DE 100MM, ROLO PEQUENO MEDINDO 10CM X 4,5M	UNIDADE	1796
23	230.140	GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA - FRASCO 100G	FR	360,
24	205.219	GEL PARA ULTRASSOM. COMPOSIÇÃO: PH BALANCEADO, INODORO, HIDROSSOLÚVEL, ISENTO DE SAL, HIPOALERGÊNICO E COM VISCOSIDADE ADEQUADA, ENVASADO EM GALÃO COM 5 LITROS, EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, Nº. LOTE E VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA	GALAO	34
25	180.960	INDICADOR QUÍMICO AUTOCLAVE COM 250 UNIDADES	CX	10
26	181.832	INDICADOR QUÍMICO CLASSE II COM 10 UNIDADES, TIPO USO INTERNO, TIPO BOWIE DICK, APRESENTAÇÃO PACOTE PARATESTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, COMPONENTES ADICIONAIS: ALERTA E INDICADOR DE PROCESSO	PCT.	19
27	230.122	INFUSOR (EQUIPO MULTIVIAS) DO TIPO 2 VIAS COM CLAMP, COMPRIMENTO ENTRE 20 E 35 CM, PARA ACESSO VENOSO (SCALP, CATETER INTRAVENOSO, AGULHA). EXTREMIDADES PROXIMAIS COM CONECTORES LUER LOCK FÊMEA; EXTENSÕES EM PVC CLAMP (ABRE/FECHA); CONEXÃO LUER DISTAL PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO; ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE OXÍDIO	UND	4500
28	230.123	LÂMINA DE BISTURI Nº11 DE AÇO CARBONO, ESTÉRIL EMBALADA INDIVIDUALMENTE, QUE NÃO PERMITA A PERFURAÇÃO DA	CX	110



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

		EMBALAGEM PERMITINDO A REALIZAÇÃO DE CORTES SUAVES EXTREMAMENTE AFIADAS DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO DE SUA NUMERAÇÃO NA SUA EMBALAGEM INDIVIDUAL; CAIXA COM 100 UNIDADES		
29	230.124	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 DE AÇO CARBONO, ESTÉRIL EMBALADA INDIVIDUALMENTE, QUE NÃO PERMITA A PERFURAÇÃO DA EMBALAGEM PERMITINDO A REALIZAÇÃO DE CORTES SUAVES EXTREMAMENTE AFIADAS DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO DE SUA NUMERAÇÃO NA SUA EMBALAGEM INDIVIDUAL; CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	110
30	180.135	MANTA COBERTOR TÉRMICO, COMPRIMENTO 2,10M LARGURA 1,40M	UNIDA DE	40
31	230.125	SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA 100 UI 1ML, COM AGULHA 13 X 0,38 BICO LUER SLIP CENTRAL, COM BORRACHA NA PONTA DO ÊMBOLO.	UN	6700
32	230.133	SERINGA HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA USO ÚNICO, DE 3 ML, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO PRECISA. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER SLIP (RETO), E FLANGE. O ÊMBOLO É DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ESTÉREIS, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO – ÓXIDO DE ETILENO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E SELO DO INMETRO	UNID	11000
33	230.134	SERINGA HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, USO ÚNICO, DE 10 ML, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO PRECISA. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER SLIP (RETO), E FLANGE. O ÊMBOLO É DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ESTÉREIS, CONTENDO	UNID	28800



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

		DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO – ÓXIDO DE ETILENO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E SELO DO INMETRO		
34	230.135	SERINGA HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, USO ÚNICO, DE 20 ML, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO PRECISA. O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER SLIP (RETO), E FLANGE. O ÊMBOLO É DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. A ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ESTÉREIS, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO – ÓXIDO DE ETILENO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E SELO DO INMETRO	UNID	32100
35	230.141	SERINGA, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 60, BICO LONGO DESCARTÁVEL EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS	UND	1000
36	230.126	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, MATERIAL PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTA TRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESPESSURA Nº 12	UN	1900
37	176.730	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, PONTA TRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESPESSURA Nº 8	UNIDADE	1400
38	205.294	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, PONTA TRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESPESSURA Nº 14	UNID	2600
39	180.005	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO LEVINE, CALIBRE Nº 12, TAMANHO LONGO, COMPRIMENTO CERCA DE 120 CM, PONTA DISTAL FECHADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	1200



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

40	180.016	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO LEVINE, CALIBRE Nº18, TAMANHO LONGO, COMPRIMENTO CERCA DE 120CM, PONTA DISTAL FECHADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, EMBALAGEM INDIVÍDUAL.	UNIDA DE	1200
41	179.994	SONDATRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO ORO OU NASOGÁSTRICA, MODELO LEVINE, CALIBRE Nº6, TAMANHO LONGO, COMPRIMENTO CERCA DE 120 CM, PONTA DISTAL FECHADA, COM ORIFÍCIOS LATERAIS, EMBALAGEM INDIVÍDUAL	UNIDA DE	1200,
42	180.028	SONDATRATO URINÁRIO MODELO FOLEY, MATERIAL BORRACHA, CALIBRE 24 FRENCH, 2 VIAS, VOLUME COM BALÃO CERCA DE 30ML, COMPONENTE COM ORIFÍCIOS LATERAIS, PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA.	UNIDA DE	90
43	180.048	TORNEIRINHA, 3 VIAS, CONECTOR LUER LOCK/SLIP, PRESSÃO MÁXIMA ATÉ CERCA DE 100PSI.	UNIDA DE	8000
44	230.127	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO 7,0 ESTERELIZADO, ATÓXICO, TRANSPARENTE	UND	60
45	230.128	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO 7,5 ESTERELIZADO, ATÓXICO, TRANSPARENTE	UND	60
46	230.129	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº8,0, ESTERELIZADO, ATÓXICO, TRANSPARENTE	UN	60

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. o Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. A autorização de contratação direta e/ou o aviso de dispensa eletrônica, conforme o caso;

1.3.3. a Proposta do contratado;

1.3.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de até 4 (quatro) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do presente termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo vedada a sua prorrogação, ou até a conclusão dos processos licitatórios regulares em andamento no Município destinados aos mesmos objetos (Processo/Protocolo Administrativo nº 2981/2026, Pregão nº 9679, Pregão nº 7608, Pregão nº 19007/2026, Pregão nº 17594, Pregão nº 25731/2026 e Pregão nº 25733/2026), o que ocorrer primeiro."

2.2. A eventual prorrogação contratual permitirá a renovação dos quantitativos inicialmente contratados, observados os limites legais e a vantajosidade para a Administração.

2.3. As especificações e os quantitativos do fornecimento encontram-se detalhados no Documento de Formalização de Demanda – DFD

2.4. Ressalta-se que, com a homologação e conclusão do processo licitatório mencionado no item 2.1, a presente contratação será automaticamente encerrada, assegurando-se a transição regular para o contrato decorrente da licitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, incisos IV, VII e XVIII)

3.1. 3.1.1. O fornecimento dos materiais hospitalares será realizado de forma parcelada, em até 04 (quatro) parcelas mensais, durante a vigência contratual.

3.1.2. A primeira entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.1.3. As entregas subsequentes ocorrerão conforme cronograma estabelecido pela Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF.

3.1.4. Os materiais deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, localizada na Rua Alvorada, s/n, Bairro Novo Horizonte, ao lado da Ação Urbana – Centro de Distribuição.

3.1.5. Todos os materiais deverão possuir registro, cadastro ou notificação junto à ANVISA, quando exigido pela legislação vigente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, incisos V e VI)

5.1. DO PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

5.3.3. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras.

5.4.4.1. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.4.7.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa e o contraditório.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

5.4.13.1. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

Complementar.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS
(art. 92, inciso V)**

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.
- 6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
(art. 92, incisos X, XI e XIV)**

- 7.1. São obrigações do Contratante:
 - 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - 7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
 - 7.1.7. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município de Itumbiara, Estado de Goiás para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
 - 7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
(art. 92, incisos XIV, XVI e XVII)**

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos,

Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Waldomiro Pereira, nº. 90, B. Dona Ernestina Borges de Andrade, CEP 75528-395, Itumbiara/GO
Fone: (64) 3433-0419



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. A. Fornecer materiais hospitalares novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais do fabricante e em perfeitas condições de armazenamento e transporte.

8.1.1-B. Garantir que os materiais fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

8.1.1-C. Apresentar, quando exigido pela legislação vigente, registro, cadastro, notificação ou autorização sanitária emitida pela ANVISA.

8.1.1-D. Substituir, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após notificação da Administração, os materiais rejeitados em razão de defeitos, avarias, violação de embalagem, divergência de especificação ou prazo de validade inadequado.

8.1.1-E. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, armazenamento e entrega dos materiais, preservando suas características e condições de uso.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, inciso II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, *junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento*, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na contratação direta;

8.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

8.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Garantia da contratação

9.1.1. A exigência de garantia contratual da execução se dará da seguinte forma:

9.1.2. A exigência de garantia de execução do objeto: Após o envio da ordem de fornecimento, entrega imediata em um período não superior a 10 (dez) dias.

9.1.3. Garantir a cobertura para sanar vício, caso o item licitado apresente avarias decorrentes de transportes

9.1.4. O prazo para substituição dos materiais rejeitados será de até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da notificação formal da CONTRATANTE..

9.1.5. Todas as despesas relacionadas ao recolhimento, transporte e substituição dos materiais rejeitados correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

9.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. Garantir a substituição dos materiais hospitalares que apresentarem defeitos, vícios, avarias, danos decorrentes do transporte, embalagens violadas, irregularidades sanitárias ou qualquer desconformidade com as especificações contratadas.

9.3.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

9.3.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

9.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

9.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827, do Código Civil.

9.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

contratação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, inciso XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- l) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- m) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- n) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem 10.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem 10.1 deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) **Multa**:
 - a) moratória de 0,33% (trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º).

10.5. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.12. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, inciso XIX)

11.1. O contrato será extinto quando integralmente cumpridas as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que tal cumprimento ocorra antes do prazo inicialmente estipulado

11.1.1. O presente contrato extinguir-se-á automaticamente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, com a conclusão, adjudicação e homologação do objeto correspondente aos itens vinculados aos processos licitatórios regulares em andamento no Município destinados ao mesmo objeto, quais sejam: Processo/Protocolo Administrativo nº 2981/2026: Pregão de Materiais de Punção, Injeção e Administração; Pregão nº 9679: Pregão de Aquisição de Materiais de Esterilização e Desinfecção; Pregão nº 7608: Pregão de Materiais destinados aos Processos Assistenciais de Curativos e ao Suporte Ortopédico; Pregão nº 19007/2026: Pregão de Materiais de Cirurgias e Procedimentos; Pregão nº 17594: Pregão de Dispositivos Assistenciais – Cânulas, Tubos e Sondas; Pregão nº 25731/2026: Pregão de Materiais Hospitalares Diversos; e Pregão nº 25733/2026: Pregão de Material de Oxigenoterapia, Ventilação e Procedimentos.

11.1.2. A adjudicação mencionada no subitem anterior refere-se aos procedimentos licitatórios distintos e em andamento, não produzindo efeitos sobre os demais itens ou contratos vinculados ao presente processo de dispensa emergencial, os quais permanecerão vigentes até seu regular cumprimento ou até a conclusão e efetiva substituição pelos novos contratos oriundos dos respectivos certames licitatórios.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com, pelo menos, 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.6. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.7. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.10. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.11. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

11.11.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.11.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.11.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(art. 92, inciso VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Itumbiara, Estado de Goiás, deste exercício financeiro, na dotação abaixo discriminada:

CENTRO DE CUSTO: 03.060 - MANUTENCAO HOSPITAL MODESTO CARVALHO
FICHA: 0622 - 03.21.10.302.6010.2061.3.3.90.30 MANUTENÇÃO DOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) - MATERIAL DE CONSUMO
SUBELEMENTO: 36 - MATERIAL HOSPITALAR
FONTE DE RECURSO: 102 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
DESTINAÇÃO RECURSO: 000 - RECURSOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS DETALHAMENTOS ANTERIORES



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

CENTRO DE CUSTO: 03.061 - MANUTENCAO NO NABS - NUC ACOES BAS SAUDE
FICHA:0606 - 03.21.10.301.6010.2058.3.3.90.30. MANUTENCAO DA ATENÇÃO BÁSICA - MATERIAL DE CONSUMO
SUBELEMENTO: 36 - MATERIAL HOSPITALAR
FONTE DE RECURSO: 102 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
DESTINAÇÃO RECURSO: 000 - RECURSOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS DETALHAMENTOS ANTERIORES

CENTRO DE CUSTO: 03.068 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, MANUTENCAO DO SAMU
FICHA:0622 - 03.21.10.302.6010.2061.3.3.90.30.. MANUTENÇÃO DOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) - MATERIAL DE CONSUMO
SUBELEMENTO: 36 - MATERIAL HOSPITALAR
FONTE DE RECURSO: 102 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
DESTINAÇÃO RECURSO: 000 - RECURSOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS DETALHAMENTOS ANTERIORES

CENTRO DE CUSTO: 03.062 - MANUTENCAO DO CAIS E POSTOS DE SAUDE
FICHA:0606 - 03.21.10.301.6010.2058.3.3.90.30. MANUTENCAO DA ATENÇÃO BÁSICA - MATERIAL DE CONSUMO
SUBELEMENTO: 36 - MATERIAL HOSPITALAR
FONTE DE RECURSO: 102 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
DESTINAÇÃO RECURSO: 000 - RECURSOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS DETALHAMENTOS ANTERIORES

CENTRO DE CUSTO: 03.319 - MANUTENÇÃO UPA
FICHA: 0622 - 03.21.10.302.6010.2061.3.3.90.30 MANUTENÇÃO DOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) - MATERIAL DE CONSUMO
SUBELEMENTO: 36 - MATERIAL HOSPITALAR
FONTE DE RECURSO: 102 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
DESTINAÇÃO RECURSO: 000 - RECURSOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS DETALHAMENTOS ANTERIORES



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

CENTRO DE CUSTO: 03.059 - MANUTENCAO DO PSF - PROG SAUDE FAMILIA
FICHA:0606 - 03.21.10.301.6010.2058.3.3.90.30. MANUTENCAO DA ATENÇÃO BÁSICA - MATERIAL DE CONSUMO
SUBELEMENTO: 36 - MATERIAL HOSPITALAR
FONTE DE RECURSO: 102 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
DESTINAÇÃO RECURSO: 000 - RECURSOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS DETALHAMENTOS ANTERIORES

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS
(art. 92, inciso III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no art. 28 do Decreto nº 98, de 2023.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO
(art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Itumbiara, Estado de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Itumbiara/GO, de..... de 20.....

Representante legal do CONTRATANTE



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-